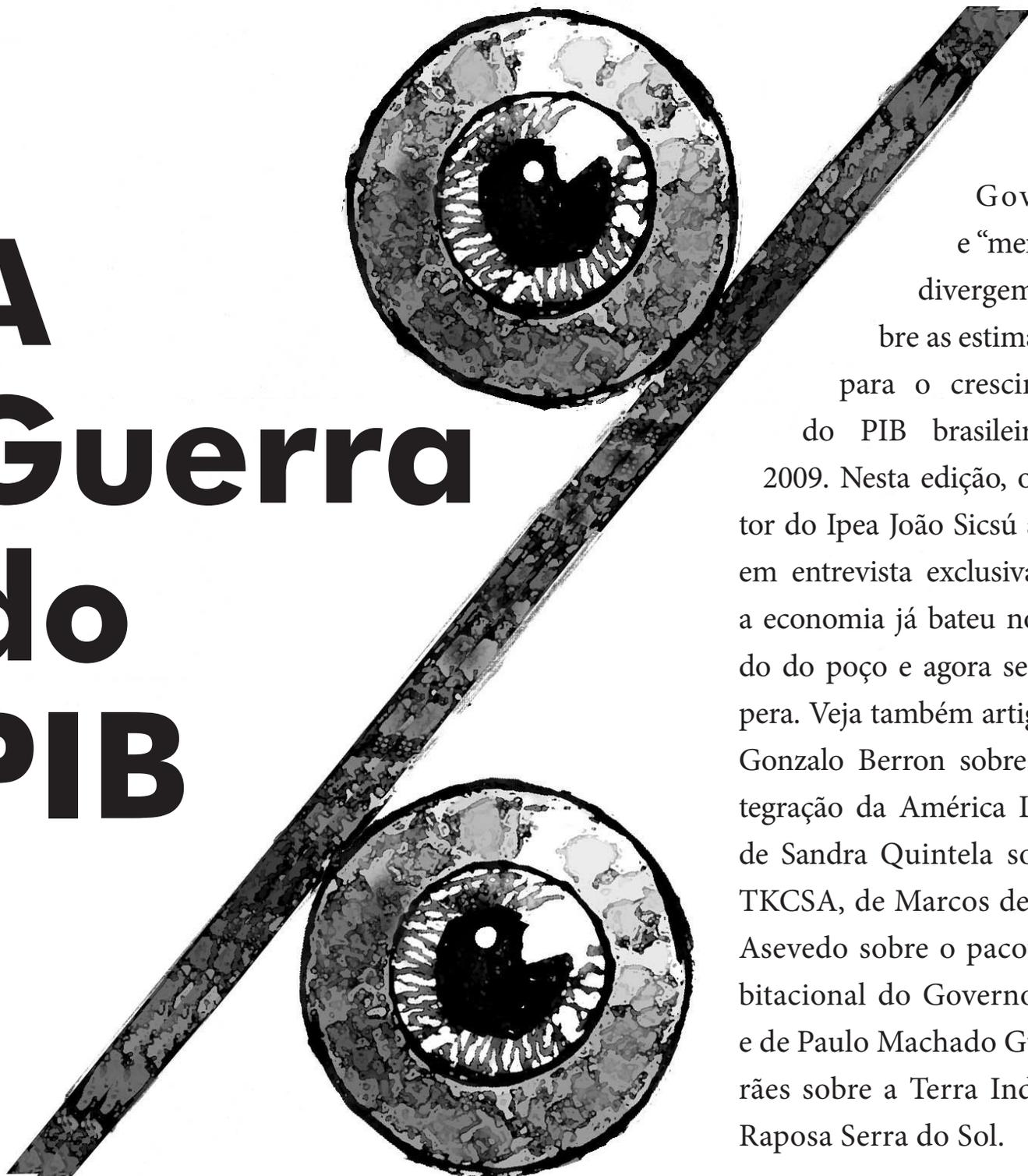


A Guerra do PIB



Governo e “mercado” divergem sobre as estimativas para o crescimento do PIB brasileiro de 2009. Nesta edição, o diretor do Ipea João Sicsú avalia, em entrevista exclusiva, que a economia já bateu no fundo do poço e agora se recupera. Veja também artigos de Gonzalo Berron sobre a integração da América Latina, de Sandra Quintela sobre a TKCSA, de Marcos de Faria Asevedo sobre o pacote habitacional do Governo Lula e de Paulo Machado Guimarães sobre a Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Editorial

PIB, integração regional, TKCSA, pacote habitacional e Raposa Serra do Sol

■ Esta edição do Jornal dos Economistas apresenta uma entrevista exclusiva com João Sicsú, diretor de Estudos Macroeconômicos do Ipea e professor do Instituto de Economia da UFRJ. O economista analisa trabalho do Ipea de março, que prevê um crescimento de 2% para o PIB brasileiro de 2009, estimativa muito criticada pela grande imprensa e contestada por outros analistas. Na entrevista, Sicsú arrisca-se a dizer que a trajetória da crise econômica brasileira segue o formato de um “V”, indicando que a profundidade máxima já foi atingida e que a economia possivelmente iniciou uma caminhada ascendente. Ele ressalta, no entanto, que ainda é cedo para chegar a tal conclusão.

A edição contém também artigos analíticos sobre temas atuais. Gonzalo Berron, da Rebrip, afirma que a integração regional aparece como uma alternativa para que os países da América Latina superem a crise econômica global.

A economista Sandra Quintela lança o importante debate sobre o conglomerado industrial-siderúrgico-portuário da TKCSA, controlado pela alemã ThyssenKrupp Steel e incensado pelas autoridades como pólo gerador de empregos. Quintela contesta a qualidade dos empregos, o impacto ambiental da usina, as pesadas isenções fiscais ao projeto e o modelo de negócio baseado na exportação de placas de aço de baixo valor agregado. Este importante tema será discutido em profundidade na próxima edição do *JE*.

Marcos de Faria Asevedo, diretor do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas RJ (Sarj), discorre sobre o pacote habitacional do Governo Lula, que aponta como eficiente na geração de emprego e renda, mas limitado como política que contribua para a redução do déficit habitacional.

Paulo Machado Guimarães, advogado de Comunidades Indígenas junto ao STF, escreve sobre a relevância da decisão do Supremo no caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

O tradicional artigo do Fórum foca no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, responsável pela determinação das diretrizes gerais para elaboração do orçamento do exercício seguinte, ou seja, 2010.

Boa leitura! 

SUMÁRIO

3 Gonzalo Berrón Crise global: a saída é regional



5

Entrevista - João Sicsú
“A profundidade máxima da crise já foi atingida e a economia brasileira possivelmente iniciou uma caminhada ascendente”

8 Sandra Quintela Rio de Janeiro em jogo: entre Cubatão e o paraíso

10 Marcos de Faria Asevedo Pacote Habitacional: a cidade bloqueada aos pobres

13 Paulo Machado Guimarães A demarcação das terras indígenas no contexto das condições adotadas pelo Supremo Tribunal Federal

14 Fórum Popular do Orçamento Lei de Diretrizes Orçamentárias

16 Corecon reuniu coordenadores de cursos Balanço Patrimonial

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS
ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, Gisele Rodrigues, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha, Ruth Espinola Soriano de Mello e Sidney Pascotto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Paulo Sergio Souto • **Vice-presidente:** Sidney Pascotto da Rocha **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2008-2010): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos,

Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2008-2010): Arthur Camara Cardozo, Luiz Mario Behnken, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antonio Pinho Bruno – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21) 2262-2535
Telefax: (21) 2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Crise global: a saída é regional¹

■ Gonzalo Berrón*

A crise econômica atual tem características sistêmicas e marca o esgotamento do modelo de desenvolvimento e globalização neoliberal. É necessário construir alternativas concretas frente ao modelo, que vinha funcionando sobre uma bolha de múltiplas operações especulativas. Deve-se refletir sobre o fim do padrão de funcionamento da economia mundial, em geral, e do sistema financeiro, em particular. Neste contexto, os países da América Latina estão diante de uma oportunidade histórica de

avançar rumo a um modelo de desenvolvimento justo e sustentável na região.

A crise em curso expressa a quebra de um sistema cheio de promessas, que mostrou sua incapacidade em cumpri-las. O mito do “livre comércio” e o atual modelo hegemônico de produção e gestão dos recursos naturais e energéticos já não convence mais aquelas mu-

lheres e homens exclu-

dos por estas políticas impulsionadas pelo grande capital.

Por que a integração regional é uma saída?

Atualmente, a integração regional aparece como uma alternativa para que os países da região superem a crise econômica global por meio da criação de laços econômicos dinâmicos e solidários entre eles.

Crise de mercado global e limites dos mercados domésticos

Por um lado, os mercados globais entraram em colapso e perderam sua capacidade de gerar dinamismo para as economias da região, que nos últimos anos surfaram animadamente nas ondas da rápida subida dos preços das commodities agropecuárias, minerais e energéticas. Os impactos desta crise já estão se manifestando em nossos países, evidenciando que as melhoras de alguns indicadores macroeconômicos, obtidas mediante este tipo de inserção, não foram suficientes para produzir uma mudança estrutural no modelo de desenvolvimento. Ou seja, um modelo com maior homogeneidade setorial, um mercado interno baseado no consumo da “base da pirâmide”, exportação diversificada em produtos e destinos, qualidade de empregos e produtos gerados, e maior justiça social e ambiental.

Por outro lado, não há garantias de que o panorama econômico posterior à crise seja de um mundo com grande liquidez

de capital e de crédito, como o que tivemos nos últimos anos. Por isso, os governos nacionais se veem obrigados a construir uma proposta para enfrentar o dilema de esperar o fim da crise mundial e, com isso, tentar retomar lentamente o dinamismo das vendas dos produtos de exportação tradicional no mercado internacional, conscientes de que as probabilidades de que isto ocorra são poucas; ou buscar construir saídas nacionais restritas, dentro dos limites de recursos e mercados da maior parte dos países da região.

Energia, alimentos e água para todos

A América Latina – como região – dispõe de recursos hídricos e ambientais abundantes, bens sociais, culturais, energéticos, minerais e uma importante capacidade de desenvolvimento tecnológico; tem mais possibilidades de autonomia alimentar, hídrica e energética em comparação com outras regiões do planeta; possui infra-estrutura em empresas públicas e privadas, que poderiam se envolver no processo de construção da integração regional; e dispõe, finalmente, de governos e movimentos sociais com um razoável grau de solidariedade política frente à perspectiva da integração.

Frente ao dilema da crise atual, a integração regional aparece como uma alternativa viável e importante, como possibilidade de caminhar rumo a um novo modelo de desenvolvimento, mais justo e sustentável que este que até hoje foi im-



plantado em nossos países.

A integração regional pensada pelos povos da região oferece maiores oportunidades para nossos países, pois sobrepõe o princípio da solidariedade ao da concorrência selvagem e ao livre mercado, que como sabemos e pelo que já foi demonstrado pela crise, não leva ao equilíbrio, nem aponta para a justiça, como defendem alguns teóricos. Esta integração deverá ser fundada em princípios de complementaridade e solidariedade, enfocada rumo ao alcance de sociedades mais justas e igualitárias econômica e socialmente, onde o objetivo maior seja o proveito de homens e mulheres de igual maneira.

Experiências não tradicionais de integração como a ALBA apontam à complementaridade e à solidariedade entre nossos países, para a satisfação das necessidades de nossa população de forma muito mais racional e eficiente, que à competição intra-regional, o livre comércio ou o mercado como único mecanismo de regulação.

Os processos de integração na região e a disputa por um modelo de integração popular e sustentável

Na melhor das hipóteses, o cenário dos processos de integração nas Américas mostra uma evolução lenta que beira à paralisia. Alguns avanços progressistas no Mercosul são inegáveis, como por exemplo a incorporação formal da preocupação com as assimetrias existentes no bloco e a embrionária criação de fundos para tratar o problema. Pode ser feito uma avaliação similar sobre o estabelecimento político e os avanços da Unasul. Contudo, em termos substantivos, a potencialidade para melhorar a qualidade de vi-

da de nossos povos e dos trabalhadores de nossa região ainda está distante da realidade.

Na pior das hipóteses, se observa a funcionalização dos processos de lógica neoliberal através da adoção do modelo de “regionalismo aberto”, cuja aplicação deixou enormes marcas na Comunidade Andina- CAN, América Central e Caribe. Incentivada mediante a promoção de concorrência indiscriminada para dentro e para fora dos blocos e das assinaturas de tratados bilaterais de livre comércio com a Europa e com os Estados Unidos, esta redução da integração regional a uma mera integração comercial ruiu a possibilidade de aprofundar outras dimensões da integração e nada indica que tenha sido proveitosa para as sociedades destes países em seu conjunto.

Isso quer dizer que ao observar a extensa experiência dos processos de integração regional nas Américas – com mais de 40 anos em alguns casos – não fica evidente que a mesma, pelo caminho percorrido até agora, tenha um potencial benéfico para nossos povos. É evidente, em compensação, que a retórica do compromisso político com a integração se confronta na prática, frequentemente com as soluções que dão prioridade aos interesses políticos e econômicos nacionais, pondo em segundo plano as ações e soluções comuns, frente aos chamados “custos” de curto prazo da integração.

Para superar a dimensão política desse problema, a busca da consolidação de soberanias nacionais deve ser entendida no marco do compromisso conjunto de aprofundamento da democracia e da autonomia da região, como ocorreu no caso da intervenção da Unasul na elucidação dos conflitos na Bolívia. Nesse sentido, os compromissos consistentes e sustentados pelos governos

em tais processos integradores se tornam peças fundamentais. Este compromisso deve ser expresso na construção de uma institucionalidade sólida, que funcione com políticas e ações comuns em um verdadeiro exercício de soberania real e compartilhada.

É inegável que o que fez possível e viável uma integração alternativa é que, em muitos países, os Estados recuperaram a capacidade de promover o desenvolvimento produtivo e social ou avançaram muito neste sentido. Por esta razão, devemos insistir que a integração alternativa que buscamos não é incompatível, mas sim complementar com a defesa e os avanços da soberania nacional. Não é a defesa de um nacionalismo estreito, mas sim a possibilidade de um caminho em direção à integração entre as nações que não são simplesmente vítimas dos desígnios dos impérios, mas sim nações soberanas que têm projetos nacionais de desenvolvimento que devem ser articulados regionalmente.

América Latina: a nova geopolítica e a construção de um novo modelo de desenvolvimento com base regional

A integração regional é chave para duas perspectivas estratégicas fundamentais que se abriram com essa nova conjuntura histórica:

Os países da região querem jogar um papel próprio no mundo multipolar que se desenvolve apesar das crescentes dificuldades do unilateralismo do governo dos EUA; esse papel não seria obtido separadamente.

Cada país, isoladamente, mesmo os maiores, não seria capaz de implantar dinâmicas diferentes das impulsionadas pelo mercado mundial globalizado,



ou seja, os processos de desenvolvimento nacional se quiserem se manter pós-neoliberais, necessariamente terão que passar pela integração regional.

No entanto, para que uma integração caminhe neste sentido, é necessário associar o processo de integração a um de transição rumo a outro modelo de produção e consumo que supere os limites do atual modelo de desenvolvimento.

A crise e os limites que ela impõe com o objetivo de manter o status quo devem ser o motor para a superação das deficiências hoje existentes e o novo dinamismo que as construções institucionais devem promover, associadas à necessidade de responder à crise por meio de um projeto autônomo e alternativo de desenvolvimento para a região, isto é, emancipado dos interesses das potências centrais. ☞

1 Este texto é baseado no “Integração regional uma oportunidade frente à crise” da Aliança Social Continental / Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip)

* Gonzalo Berrón, argentino, 37 anos, é doutor em Ciência Política pela USP, assessor em temas de Integração Regional e Comércio da Confederação Sindical das Américas, e coordenador do Grupo de Trabalho sobre Integração Regional da Aliança Social Continental/Rebrip.

"A profundidade máxima da crise já foi atingida e a economia brasileira possivelmente iniciou uma caminhada ascendente"



Professor do Instituto de Economia da UFRJ, João Sicsú está desde 2007 à frente da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Sicsú tem mestrado pela UFF e doutorado pela UFRJ, é autor de três livros e organizou oito obras de coletâneas.

P: A última estimativa do IPEA para o comportamento do PIB de 2009, apresenta uma projeção de crescimento -- muito criticada por vários segmentos da chamada grande imprensa -- 2% para esse ano. Todas as demais estimativas realizadas por instituições públicas e privadas, incluindo o próprio

FMI, são mais pessimistas. Quais as razões que embasam a estimativa do IPEA?

R: A previsão do IPEA foi realizada em março. Está baseada na análise de dados e no conjunto de medidas que o governo tomou para estimular a demanda e ampliar a liquidez e crédito da economia. Por exemplo, es-



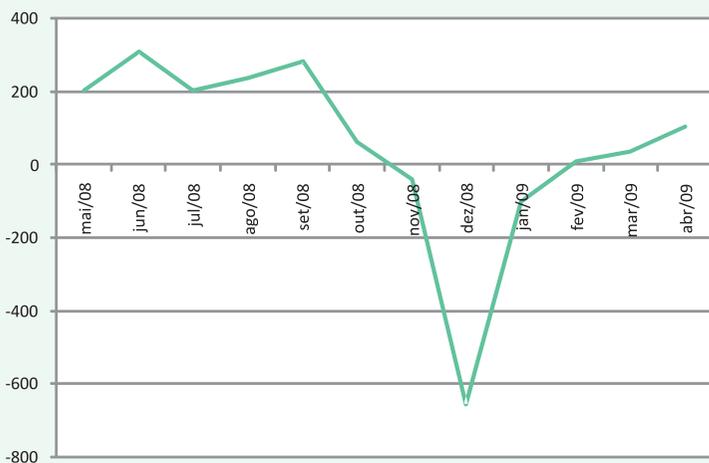
tabeleceu um aumento real de mais de 6% para o salário mínimo, reduziu o IPI para alguns setores específicos etc. Ainda não temos elementos suficientes para fazer uma revisão dessa projeção. O PIB de 2009, tanto por motivos estatísticos quanto expectativas, depende em grande medida do PIB do primeiro trimestre deste ano, que somente teremos conhecimento no início do mês de junho. Se houver crescimento em torno de 0,1% deste trimestre em relação ao último de 2008, poderemos ter um resultado bastante aceitável para o PIB de 2009,

já que vivemos uma crise mundial muito aguda.

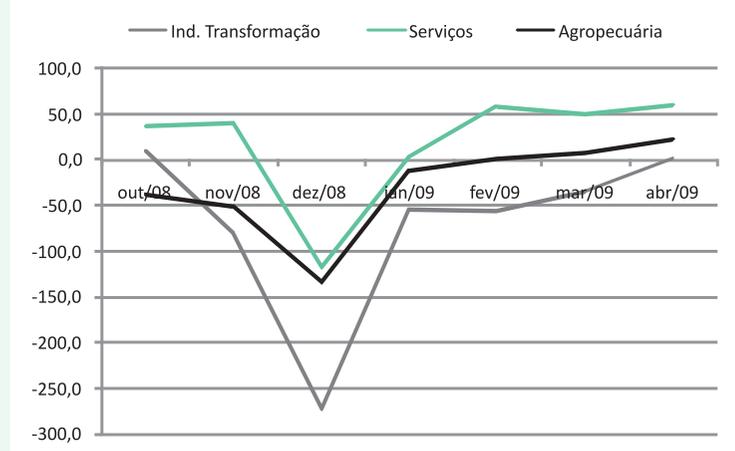
P: Os indicadores divulgados após a publicação desta estimativa confirmam essa projeção de crescimento? Os dados preliminares sobre o comportamento da economia no primeiro trimestre indicam que teremos, pelo segundo período consecutivo, uma queda do PIB.

R: Os primeiros e tênues sinais de recuperação da economia já começaram a aparecer tanto em variáveis reais quanto financeiras. Os números indicam que o primeiro trimestre de 2009 não apresentará crescimento significativo em relação ao último trimestre de 2008 e que uma recuperação mais clara terá início no segundo semestre de 2009. Embora ainda seja muito cedo para se descrever o formato da trajetória da crise enfrentada pela economia brasileira, pode-se arriscar que tal formato seja um "V". A profundidade máxima da crise já foi atingida e a economia brasileira possivelmente iniciou uma caminhada

Evolução do Emprego - Saldo de Admissões e Desligamentos



Fonte: Caged-TEM



Fonte: Caged-TEM

ascendente. O saldo de admissões e desligamentos se tornou positivo e apresenta trajetória ascendente, o volume real de operações de crédito voltou a crescer e o volume de vendas do comércio varejista tem registrado taxas positivas e significativas de crescimento.

P: O governo tem procurado agir com medidas de desoneração fiscal e de favorecimento à liberação do crédito, para a retomada do dinamismo econômico de alguns setores. O setor automotivo foi favorecido, e a produção e vendas de automóveis, por exemplo, tiveram uma recuperação expressiva, entre dezembro e abril. Contudo, os dados da produção industrial como um todo, na comparação mês a mês, embora apresente leve recuperação no primeiro trimestre, indicam uma nítida desaceleração. Este não é um sinal preocupante?

R: Sim, a recuperação que está ocorrendo na indústria é muito tímida. A construção civil e a agropecuária que foram setores que apresentaram sinais muito preocupantes ao final do ano passado já estão com sinal de recuperação de emprego bastante aceitável para as condições do momento. O problema de fato tem sido a indústria que

está desovando estoques e mantendo uma produção reduzida. Este é um ponto fundamental a ser entendido: **o comércio varejista vive uma conjuntura que não é de crise, as vendas crescem a taxas vigorosas. A indústria desova estoques, demite trabalhadores e a consequência é que a recuperação da economia está mais lenta do que poderia ser no setor industrial – e isto tem travado uma recuperação mais ampla da economia.**

P: Sabidamente, os efeitos da redução da taxa básica de juros sobre a economia real têm um tempo de maturação de no mínimo seis meses. Como você avalia a possibilidade de o governo atuar de forma mais incisiva na expansão de suas despesas correntes, ou no aumento do poder aquisitivo da população, como forma de se estimular a demanda interna de uma forma mais consistente?

R: O governo adotou e vem adotando uma série de medidas no sentido de ampliar a demanda doméstica, tais como: aumento real do salário mínimo, ampliação do programa bolsa-família, lançamento do programa habitacional

COMÉRCIO

Volume de Vendas: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior (D)



e redução do superávit primário. Essas medidas estão no sentido correto, ou seja, visam a recuperação da economia por meio do estímulo ao gasto doméstico. Mas ainda não conseguiram de forma mais contundente reverter o quadro expectacional de apreensão que está estabelecido.

P: Você está satisfeito com o ritmo de queda da taxa Selic? Qual a sua previsão para taxa no final de 2009?

R: A taxa de juro Selic está sendo reduzida numa velocidade pífia. Tal ritmo de redução impõe gastos fiscais que podem ser rotulados de verdadeiros gastos sem qualidade. Podem ser considerado desperdício na medida em que não geram mais empregos, renda ou benefício social. É mera trans-

ferência de renda de milhões para milhares de indivíduos, exatamente aqueles que possuem renda elevada e que, portanto, já têm satisfeitas todas as suas necessidades de consumo.

P: Frente às expectativas de redução da taxa básica de juros, ao mesmo tempo em que o FMI prevê maiores dificuldades no ingresso de recursos externos nas economias em desenvolvimento, quais as suas expectativas quanto ao equilíbrio do nosso balanço de pagamentos? O Brasil estaria preparado para enfrentar uma maciça saída de capitais, frente a um eventual recrudescimento da crise financeira internacional?

R: Não é esperado que a redução da taxa de juro Selic em curso ou

a redução da meta de superávit primário possam provocar uma fuga de capitais para o exterior. Esta não é a situação brasileira atual. A fuga de capitais que hoje é esperada é a fuga de um ativo doméstico (títulos da dívida pública) para outro ativo também doméstico (caderneta de poupança). O problema mais evidente do balanço de pagamentos para os próximos anos não está localizado exclusivamente na conta de capitais, mas no saldo em transações correntes (hoje negativo) cujo esforço de exportações líquidas não é capaz de superar a avalanche de remessas de lucros e dividendos ao exterior.

P: O retorno dos capitais especulativos à Bolsa de São Paulo, e a pressão dos exportadores sobre o mercado de câmbio têm produzido um recente vetor de valorização do Real frente ao dólar. Como você avalia esses movimentos, e particularmente os seus efeitos sobre a nossa balança comercial?

R: Uma nova tendência de valorização da taxa de câmbio certamente reduzirá a competitividade das exportações. Mas, no contexto atual, as exportações deveriam ser tratadas com muito cuidado já que as decisões de investimento encontram-se “congeladas” e o consumo parece ainda estar em trajetória claudicante. As exportações podem se transformar em um importante canal auxiliar de recuperação nesse momento de extrema dificuldade. Nesse sentido, uma medida adicional que deveria ser tomada para garantir a recuperação econômica é o controle sobre a entrada de capitais. Atualmente, a forma mais utilizada de controle consiste numa medida amigável, que é o estabelecimento de alíquotas de imposto sobre a entrada de capitais de não-residentes.

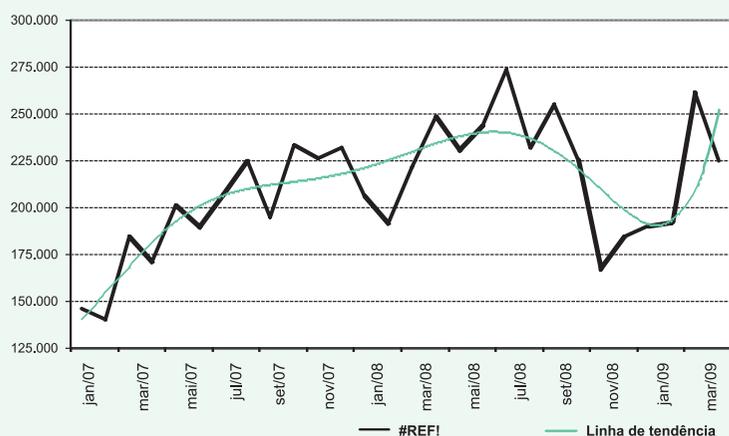
Ipea publica “Sociedade e Economia: Estratégias de Crescimento e Desenvolvimento”

O Ipea está lançando o livro “Sociedade e Economia: Estratégias de Crescimento e Desenvolvimento”, iniciativa de sua Diretoria de Estudos Macroeconômicos (Dimac), que reúne 23 textos de autores de diversas áreas. Organizado pelos economistas João Sicsú e Armando Castelar, professores do Instituto de Economia da UFRJ, o livro aborda a questão do desenvolvimento não apenas como sinônimo de “crescimento econômico”, mas, sim, como um conjunto mais amplo de políticas públicas e estratégias voltadas para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil.

Armando Castelar, já no primeiro capítulo, discute exatamente se o país precisa de uma estratégia de desenvolvimento. No capítulo seguinte, João Sicsú, diretor da Dimac, propõe-se a debater como se dá a construção de uma estratégia de desenvolvimento. O ex-ministro João Paulo dos Reis Velloso aborda uma estratégia de “economia criativa”. E as estratégias de desenvolvimento estão também no foco do texto assinado por Antonio Delfim Netto em co-autoria com Akihiro Ikeda.

Os capítulos seguintes norteiam-se na direção das estratégias de desenvolvimento, enfocando questões como finanças públicas, educação, comunicações, demandas da sociedade e dos movimentos sociais, e são assinados por autores como Fernando Cardim, Julio Lopez, Amir Khair, Josué Gomes da Silva, Roberto Fendt, Samuel Pessoa, Eli Diniz, Raphael de Almeida Magalhães, Mailson da Nóbrega, Marcos Dantas, David Kupfer, mais pesquisadores do Ibase, entre outros.

Vendas de veículos



Rio de Janeiro em jogo: entre Cubatão e o paraíso

■ Sandra Quintela*

No mesmo dia em que o Presidente Lula veio ao Rio assinar a 30.000ª carteira de trabalho no canteiro de obras da empresa TKCSA, cerca de mil trabalhadores do mesmo canteiro estavam sendo demitidos. Era 30 de abril de 2009, véspera do 1º de maio. A mídia e a opinião pública em geral valorizam em demasia empreendimentos que empregam essa quantidade enorme de gente. Só que é sempre deixado de lado a qualidade dos empregos gerados e a altíssima rotatividade dos empregados no canteiro de obras, com o objetivo de reduzir os encargos dos contratados (evitar o vínculo empregatício). Em 2008, foram encontrados 120 chineses trabalhando no canteiro de obras sem nenhum contrato. Esses trabalhadores enfrentam péssimas condições de vida e de trabalho e sofrem ameaças da milícia.

O conglomerado industrial-siderúrgico-portuário da TKCSA é uma joint venture formada pela companhia alemã ThyssenKrupp Steel, que detém 90% das ações, e pela Vale. O complexo é formado por uma usina siderúrgica integrada com capacidade de produção de 10 milhões de toneladas de placas de aço, uma usina termelétrica para geração de energia e uma enorme ponte de acesso de qua-

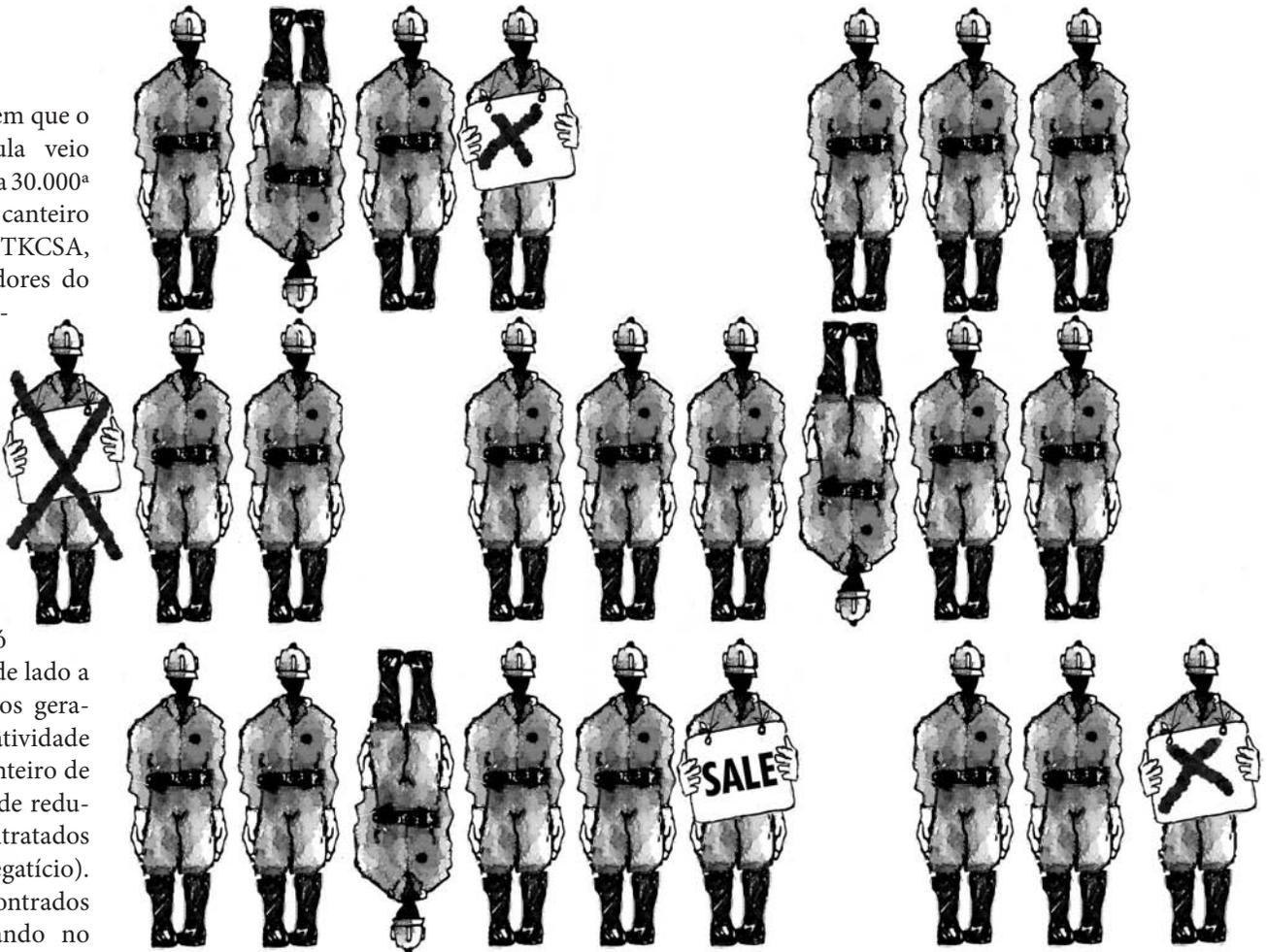
trilômetros para dois terminais portuários. Em princípio, a empresa, que entrará em operação em dezembro de 2009, pretende produzir 5,5 milhões de toneladas de placas de aço, todas para exportação para os Estados Unidos e a Alemanha. O investimento total deste megaprojeto é de € 4,5 bilhões de euros, ou aproximadamente R\$ 13,68 bilhões – cotação de 24 de novembro de 2008 -- e trata-se do maior investimento alemão no Brasil e peça central na estratégia de expansão da ThyssenKrupp na economia mundial

para os próximos dez anos.

Boa parte deste investimento é financiado com dinheiro público brasileiro, seja por meio de fartas isenções fiscais, seja pelo financiamento direto do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) que também financiará parte das atividades de responsabilidade social da empresa na região, num montante de R\$ 10,5 milhões. O terreno sobre o qual a empresa está sendo erigida foi concedido pelo governo estadual, ainda que para isso tivesse que remover daquela

área famílias inteiras de produtores rurais que ali viviam. Estima-se em mais de US\$ 150 milhões por ano as isenções fiscais decorrentes da dispensa de pagamento de ISS por cinco anos, sem contar a isenção referente ao ICMS por dez anos. Adicionalmente, o BNDES aprovou financiamento de R\$ 1,48 bilhão destinado à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais, obras civis, instalações e montagens associadas.

O que seria possível fazer com esses recursos? Que tipo de desenvolvimento poderia ser



pensado para esta região do município do Rio de Janeiro, que é a mais pobre da cidade e reúne o maior número de população negra, e onde inúmeros conflitos fundiários (por falta de moradia) e ambientais (pela atuação das grandes empresas) gritam e denunciam a situação de super exploração em que vivem os trabalhadores daquela região?

A baía de Sepetiba já sofre há anos a ação irresponsável de grandes empresas que a tratam como depósito de lixo. Ao invés das políticas públicas em pleno século XXI procurarem reparar os erros passados e buscarem projetos limpos e includentes, optam por continuar reproduzindo um modelo primário-exportador baseado na exploração máxima de mão-de-obra, energia e matéria-prima baratas e em abundância.

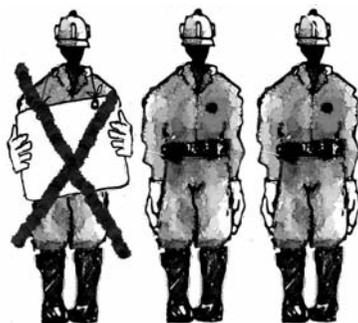
Relevante enfatizar que a empresa pretende produzir no Brasil placas de aço, produto considerado semi-acabado e que é resultado do processo em que o ferro-gusa é levado a fornos a altas temperaturas com o objetivo de retirar parte do carbono que este ainda contém e outras impurezas, para então ser levado aos equipamentos de lingotamento. Esta produção será toda exportada e, nos países destino, as placas de aço sofrerão um outro processo de transformação que consiste na “deformação” a quente ou a frio dos lingotes em diferentes produtos com maior valor agregado, chamados geralmente de produtos laminados.

Adicionalmente, os benefícios que o estado do Rio de Janeiro terão com esses projetos serão mínimos, tendo em vista as enormes e duradouras isenções fiscais concedidas à empresa e a baixa geração de empregos que a usina propor-

cionará quando estiver efetivamente em operação.

Reafirma-se aqui o caráter do modelo de desenvolvimento que se pretende aprofundar no Brasil, que lhe confere o papel de exportador de commodities agrícolas, minerais e metálicas, baseadas em processos produtivos de uso intensivo de recursos naturais e de exploração de capital humano. Nesta “nova” divisão do trabalho, os países que são destino dessas commodities especializam-se na produção de aços especiais com maior valor agregado, produzidos a partir dos produtos semiacabados provenientes dos países do Sul. Isso conforma uma inserção externa subordinada dos países do Sul aos países do Norte, na qual aos países do Sul dirigem-se produções de baixo valor agregado (preços menores e mais instáveis), que são intensivas em recursos naturais e mão-de-obra pouco especializada, ao passo que aos países do Norte reservam-se os serviços e os processos produtivos com alto componente tecnológico e, portanto, com maior valor agregado e preços mais altos e estáveis.

Desde o início, as obras vêm desrespeitando a legislação brasileira e ignorando os direitos humanos e constitucionais de cidadãos brasileiros. O canteiro de obras da TKCSA de nove quilômetros quadrados situa-se numa área costeira e de manguezal, considerada Área de Preservação Ambiental (APA) sujeita a proteção, segundo o



Código Florestal Brasileiro. Além disso, por se situar numa área costeira, segundo a legislação brasileira, deveria ser licenciada pelo órgão ambiental federal, ou seja, o Ibama. As obras da TKCSA, entretanto, desde 2006 só possuem a licença emitida pela Feema, órgão ambiental estadual, contrariando aquilo que está disposto na lei.

Nesta região do Estado do Rio de Janeiro, do ponto de vista socioeconômico, com exceção de Santa Cruz, onde o trabalho da população concentra-se no centro e entorno do Rio de Janeiro, a economia e a vida social encontram-se pautadas principalmente pelas atividades da pesca -- artesanal, industrial e maricultura -- e do turismo. Adicionalmente, do ponto de vista social e cultural, a região apresenta um universo composto por quilombolas, índios, pescadores artesanais e caiçaras, que com a manutenção de suas tradições culturais e de seus modos de vida conferem ao local um imenso e diversificado patrimônio social e cultural.

É neste cenário turístico e riquíssimo do ponto de vista ambiental, social e cultural que os governos municipal, estadual e

federal, juntamente com o empresariado nacional e internacional, pretendem construir um imenso pólo siderúrgico e um complexo portuário voltado para a exportação de commodities minerais e produtos siderúrgicos. Este é o único caminho de desenvolvimento possível para a região? Que outros caminhos poderiam ser trilhados? Como a população local participa, ou melhor, não participa das definições de políticas que funcionam na prática como verdadeiro tsunami que provoca destruição profunda no seu modo de ser e de viver? Queremos que nosso belo Rio de Janeiro vire um Cubatão? Que respire o ar contaminado que sairá dessas caldeiras cuja produção será totalmente exportada? É justo que a Costa Verde do estado do Rio de Janeiro e a cidade do Rio em particular fiquem com lixo sólido, líquido e gasoso, enquanto as riquezas são exportadas sem ao menos que os impostos sejam cobrados?

O dilema está posto: Cubatão ou o paraíso? Para onde nossa cidade e nosso estado caminharão?

O processo está em disputa. Organizações sociais de diversas origens no Brasil estão lutando para que um novo Cubatão não seja aqui. Sabemos que do paraíso também estamos longe. Os problemas de nossa cidade se avolumam. Só que com “Cubatão” aqui, a possibilidade de se desfrutar de uma região tão linda, que reúne montanha e mar, gente e comida diversas, histórias que o tempo não conseguiu apagar, como a do quilombo da Marambaia, fica cada vez mais remota. 

* Sandra Quintela é economista, pós-graduada em Política de Desenvolvimento pela Universidade de Bremen, na Alemanha, e mestra em Engenharia de Produção pela Coppe/UFRJ.

Pacote Habitacional: a cidade bloqueada aos pobres

"Construir moradias é produzir cidades. É essencial discutir os impactos dos empreendimentos imobiliários nas condições de vida, na instituição ou destituição de direitos sociais, no ordenamento territorial e no funcionamento das cidades."

Raquel Rolnik e Kazuo Nakano – "As armadilhas do pacote habitacional" – *Le Monde Diplomatique Brasil*, março 2009

■ Marcos de Faria Asevedo*

A grave crise habitacional de nossas cidades tem como principal causa o bloqueio imposto ao acesso à terra urbanizada para a população de baixa renda.

O direito à cidade é negado a uma grande parcela da população, que está condenada a ocupar as "sobras" da cidade, os espaços precários e insalubres localizados nas beiras dos rios ou nas encostas dos morros. O modelo de desenvolvimento ur-

bano que estrutura nossas cidades expulsa a população de baixa renda das áreas mais centrais, em direção à periferia, onde a terra é mais barata exatamente porque não reúne os requisitos mínimos para assegurar uma vida digna.

Mas o direito à moradia pressupõe o acesso aos bens e serviços proporcionados pela cidade, a possibilidade de morar em área urbanizada, dotada de infraestrutura, bem localizada, com acesso aos serviços de saúde, educação, aos bens culturais

e às oportunidades de trabalho. Em resumo, o direito à moradia digna é indissociável do direito à cidade, e não pode, portanto, ser reduzido à habitação, entendida como quatro paredes e um teto.

Isso significa que uma política habitacional deve, necessariamente, prever a definição de áreas adequadas para a implantação de moradias populares. De outra forma, o resultado previsível é a reprodução do modelo que condena os trabalhadores a ocuparem a periferia, tal como na experiência vivida com o BNH.

Um aspecto importante para a compreensão do atual modelo de desenvolvimento urbano é o próprio conceito de déficit habitacional, que é traduzido pela necessidade de construção de novas unidades, por reposição ou incremento de estoque, e está estimado em 7,2 milhões de domicílios.

Mas, enquanto para as famílias de baixa renda há carência de habitações, no mercado formal há mais imóveis do que gente para ocupá-los, como demonstra o número de casas e apartamentos vazios, da ordem de 6,7 milhões de unidades, muito próximo ao déficit habitacional. Na cidade do

Rio de Janeiro, o déficit habitacional é da ordem de 149 mil domicílios enquanto o número de domicílios vazios corresponde a 223 mil!

De onde se conclui que o conceito de déficit habitacional não significa que falem moradias, mas sim que uma grande parcela da população não tem condições de ter acesso à moradia pelas regras do mercado, o que aumenta ainda mais a importância de uma política de habitação consistente que garanta o direito à moradia digna.

A avaliação sobre o pacote habitacional do governo federal deve levar em conta os dois objetivos anunciados: uma política social de geração de emprego e renda, por meio do investimento na construção civil, e uma política habitacional que contribua para a redução do déficit habitacional.

O primeiro objetivo está inserido em um conjunto mais amplo de iniciativas, que buscam dar uma resposta à repercussão no país da forte crise que se abateu sobre a economia mundial. A escolha do setor de construção civil, no caso, deve-se à sua importância relativa no conjunto da economia e à sua capacidade de gerar empregos.

O segundo objetivo vem cercado de números bastante expressivos: anuncia-se um investimento da ordem de R\$ 34 bilhões na construção de um milhão de novas unidades, atendendo a famílias com renda de até dez salários mínimos, sendo que 400 mil unidades são destinadas para famílias com renda de até 3 salários mínimos. A distribuição pelos estados respeita a composição do déficit habitacional. O Estado do Rio de Janeiro, por exemplo,



será beneficiado com a construção de 75 mil novas moradias.

Há um esforço para demonstrar que esses dois objetivos estão articulados, ou seja, que os recursos utilizados para apoiar a construção civil resultarão em benefícios para a sociedade, na medida em que se propõe a enfrentar um grave problema social que afeta uma grande parcela da população. Entretanto, uma análise mais atenta sobre como o programa “Minha Casa, Minha Vida” insere-se na política de habitação e na política urbana revela graves problemas.

Nos últimos anos foram registrados importantes avanços institucionais e políticos, tendo como marco inaugural a Constituição Federal, quando definiu a função social da propriedade como princípio estruturador da política de desenvolvimento e expansão urbana.

O Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001, viabilizou a aplicação de uma série de instrumentos de combate à especulação imobiliária, destacando-se aqueles que penalizam diretamente os proprietários do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que não promoverem seu adequado aproveitamento. Esses instrumentos ampliam a oferta e reduzem o preço da terra urbana, abrindo a possibilidade de o poder público atuar para liberar terrenos e prédios retidos pelos especuladores, destinando-os para o atendimento da demanda por moradia.

Destacam-se, também, os instrumentos de regularização fundiária, que permitem tanto reconhecer os direitos dos moradores das favelas e dos prédios ocupados, garantindo a segurança da posse e a urbanização e/ou melhoria dessas áreas e prédios, como destinar novas áreas, inseridas na malha

urbana, para a implantação de programas de moradia.

Outro avanço importante foi a instituição do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS (Lei 11.124/2005), que funcionaria como uma espécie de “SUS” da área da habitação, contando com um Fundo (FNHIS) e um Conselho Gestor, com ramificações por todos os estados e municípios, e cujo propósito é promover a integração dos programas de habitação voltados para a população de baixa renda. A recente regulamentação do direito à assistência técnica pública e gratuita à moradia popular (Lei 11.888/2008) ampliou,



ainda mais, o campo de possibilidades da política habitacional.

Entretanto, ao confrontarmos a concepção subjacente ao pacote habitacional com os elementos centrais que devem constituir uma política habitacional comprometida com a superação do modelo que está na origem do processo de segregação sócio-territorial presente nas nossas cidades, constataremos que as convergências são poucas ou praticamente inexistentes.

O pacote tem como foco a construção de unidades novas, em caráter exclusivo. Não há qualquer previsão para o aproveitamento de imóveis vazios e

subutilizados; a reabilitação de imóveis; a adoção de novas modalidades de oferta de serviços habitacionais, como o aluguel subsidiado e a locação social; o incentivo à criação de cooperativas que promovam a produção social de moradias; a assistência técnica articulada com recursos para a autoconstrução. Não há, sequer, a exigência de que os empreendimentos sejam implantados em terrenos localizados em áreas urbanas consolidadas, e conforme previsão contida nos Planos Diretores.

O pacote ignora o SNHIS e sua rede de Conselhos implantada nos estados e nos municípios, bem como o diagnóstico e as recomendações do Plano Nacional de Habitação (Planhab). O princípio do planejamento, da integração das ações na área habitacional, foi absolutamente esquecido. Os recursos foram alocados em outro fundo (FAR), sob outro sistema de gestão onde somente os ministérios têm assento. O Conselho Nacional das Cidades foi “informado” sobre o pacote no dia de seu lançamento e, agora, terá o “direito” de ser informado sobre sua implantação.

O pacote tem nas construtoras seu principal agente, a quem cabe a apresentação dos projetos à Caixa, com previsão de que sejam aprovados em até 30 dias (aliás, “agilidade” e “eficiência” são marcas valorizadas). Isso significa que os empreendimentos serão decididos pelas construtoras juntamente com a Caixa, sem qualquer participação da sociedade.

Apesar de pontos positivos, como o volume significativo de recursos, com fortes subsídios para a população de baixa renda, e a inserção do tema da habitação na agenda política, não foi rompido o paradigma básico da produção habitacional para a população de baixa renda. Pelo

contrário, o pacote habitacional foi estruturado segundo a mesma lógica que se pretendia ver superada a partir das lutas empreendidas pelo movimento da reforma urbana, das quais, inclusive, deriva todo o avanço institucional e político que foi descrito.

Alguns de seus efeitos previsíveis são: aumento especulativo dos preços dos terrenos, com apropriação de boa parte dos recursos pelos proprietários de terras; maior dificuldade no acesso à moradia para as famílias não beneficiadas pelo programa; grandes lucros para as construtoras; e produção de novas periferias, desintegradas e desarticuladas do espaço urbano.

Conclui-se que não se pode, realmente, “confundir política habitacional com política de empregos na indústria da construção”, pois se com relação a essa última ainda é possível identificar benefícios, com relação à política habitacional as consequências tendem a ser desastrosas.

Mas, nem por isso o pacote habitacional será um fracasso do ponto de vista do governo, que procura explorar o forte simbolismo do “sonho da casa própria” e, como os recursos são expressivos e, de alguma forma, serão obtidos resultados que chegarão à população de baixa renda, cria-se, na população beneficiada, o sentimento de que “alguém” está olhando por ela. E é inegável que o governo tem sabido capitalizar esse sentimento, para desespero da oposição conservadora, mas, também, para desalento daqueles que se mantêm na perspectiva da luta por uma cidade e uma sociedade mais justa e democrática. 

* Marcos de Faria Asevedo é diretor do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas RJ (Sarj) e representante do Sarj no Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social do Rio de Janeiro (CGFMHIS).

Quem tem Banrisul tem restituição antecipada do IR*.

Na hora de declarar o seu imposto de renda, indique o Banrisul como o seu banco. Depois da entrega, basta apresentar a declaração na sua agência para ter a restituição liberada com rapidez e sem complicação.

Se você ainda não é cliente, abra sua conta no Banrisul.

Agências no Rio de Janeiro

Ag. Rio de Janeiro Av. Presidente Vargas, 463 (21) 2109-1515	Ag. Tijuca Av. General Rocca, 798 (21) 2187-0515
Ag. Copacabana Av. Nossa Senhora de Copacabana, 827 (21) 2107-0515	Centro de Negócios / Barra da Tijuca Rua José Maria Ortigão Sampaio, 55 - Loja D (21) 2433-6529 / (21) 2433-6534

*Sujeito a análise de crédito.

www.banrisul.com.br

 **Banrisul**

Quem tem Banrisul tem tudo.

SAC: 0800 646 1515 | Ouvidoria Banrisul: 0800 644 2200

A demarcação das terras indígenas no contexto das condições adotadas pelo Supremo Tribunal Federal

■ Paulo Machado Guimarães*

A demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas decorre de determinação expressa inscrita no art. 231 da Constituição Federal, que fixa esta atribuição para a União.

Trata-se de ato administrativo de natureza declaratória, porque os direitos dos índios à terra que tradicionalmente ocupam, também por disposição constitucional são originários, ou seja o reconhecimento do Estado brasileiro, firmado pelos constituintes originários, a este direito, considera a anterioridade da presença indígena, por intermédio de seus antecessores, a situações que remontam à origem da formação do Estado nacional.

Isto naturalmente não significa que os índios tenham direito a toda e qualquer área de terra no país, como alguns insistem em afirmar, a exemplo do ex-Ministro Cordeiro Guerra, do Supremo Tribunal Federal, que chegou ao extremo de consignar em um de seus votos, no julgamento de um mandado de segurança contra a demarcação de uma terra indígena, na década de 80, porém ainda durante a ditadura militar, que a aplicação do art. 198 da Constituição Federal de 1967, com a Emenda Constitu-

cional nº 1, de 1969, no limite, poderia se equiparar ao artigo primeiro do primeiro decreto da revolução bolchevique, que extinguiu a propriedade privada na União Soviética.

Com o julgamento da ação popular contra a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, os Ministros e as Ministras do STF tiveram nova oportunidade de se debruçar sobre as questões objeto da impugnação judicial. Vários aspectos já haviam sido enfrentados em outros processos, como a desnecessidade de audiência prévia do Conselho de Defesa Nacional para a homologação de uma demarcação de terra indígena pelo Presidente da República.

Em razão da grande repercussão da causa, projetada na mídia por variados interesses, que se projetam em outras unidades da federação e devido a fortes interesses econômicos na apropriação de terras e riquezas que constitucionalmente são devidos aos povos indígenas, muitas forças políticas se associam, para destacar estes interesses, como se a explicitação dos limites de uma terra tradicionalmente ocupada por índios pudesse resultar de uma rápida e simples negociação de preço ou de bens, como se dois fazendeiros ou se um fazendeiro e um empresário, dono de uma



indústria estivessem resolvendo uma pendência particular.

A relevância da decisão do STF no caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol reside na conformação de uma expressiva maioria de votos (10 a 1), que sinaliza, fundamentos e compreensão sobre as bases constitucionais e institucionais de relacionamento do Estado com os Povos Indígenas no Brasil

Com formulações brilhantes e sensíveis, como as expressas no voto do Relator, Ministro Carlos Ayres Brito, seguido pela Ministra Cármen Lúcia, o Ministro Ricardo Lewandowski, o Ministro Eros Grau, o Ministro Joaquim Barbosa, a Ministra Ellen Gracie e o Ministro Celso de Mello, pode-se concluir como fez o ex-Ministro Victor Nunes Leal, também num memorável voto em pro-

cesso julgado no STF, que uma terra indígena se distingue de quaisquer outra, por se tratar do “habitat” de um povo.

Os Ministros Menezes Direito e Gilmar Mendes também reconhecem a densidade sinteticamente expressa, pelo Ministro Nunes Leal, não obstante tenha partido de suas reflexões a indicação, acolhida pela maioria dos Ministros e Ministras do STF, de condições destinadas a balizar a condução administrativa no trato da questão indígena.

De todas as 19 condições, porém, a 17ª, que veda a ampliação de demarcações já realizadas, exigirá uma rápida e eficiente adequação da administração pública federal, notadamente a FUNAI, o Ministério da Justiça e a Advocacia da União, para que os pressupostos constitucionais e jurídicos que impõem a correção de atos demarcatórios feitos anteriormente, com prejuízo aos povos indígenas e ao patrimônio público venham a ser garantidos pelo Supremo Tribunal Federal. 🗣️

* Paulo Machado Guimarães é assessor dos representantes indígenas e indigenistas na Comissão Nacional de Política Indigenista. Foi advogado de Comunidades Indígenas na Petição nº 3388, em tramitação no STF, que impugnou a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. É assessor jurídico da bancada parlamentar na Câmara dos Deputados e da Direção Nacional do PC do B.

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Em abril é publicado o Projeto de LDO, responsável pela determinação das diretrizes gerais para elaboração do orçamento do exercício seguinte (2010). É o primeiro projeto orçamentário dos novos prefeitos do Rio e de Niterói.

Por conta de uma incongruência nos prazos determinados pela Constituição, a LDO do primeiro ano de mandato é feita antes do Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2010-2013. Desta forma, a LDO 2010 foi publicada sem as metas físicas, que virão em anexo após a publicação do PPA. Sendo assim, nos concentramos na análise de suas metas fiscais e na evolução destas desde 2004, sendo todos os dados corrigidos monetariamente a preços médios de 2009 (IPCA – até março).

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que conste na LDO um balanço sobre o cumprimento das Metas Anuais e sua previsão para os três próximos exercícios. Observando a

evolução da Receita Total, percebemos um crescimento de 23% entre 2005 e 2008. Apesar da crise atual, a previsão mantém essa tendência para 2009 havendo expectativa de queda na arrecadação somente para 2010.

Na lógica atual de elaboração do orçamento do Rio, as despesas são fixadas de acordo com a estimativa de arrecadação. Sob essa ótica, é natural observarmos um movimento semelhante entre Despesas e Receitas Totais, como de fato aconteceu. No entanto, a percepção da crise provocou uma expectativa de redução das despesas menor do que das receitas. O impacto direto disso é a queda na previsão do Resultado Primário, que chega a R\$129 milhões em 2011, bem menor que os R\$472 milhões efetivamente obtidos em 2008.

Devemos distinguir Resultado Primário, que é a diferença entre receitas e despesas não-financeiras, de Resultado Nominal, que inclui despesas com juros nominais. Percebemos um esforço na realização de superávit primário com a posterior realização de déficit nominal. Ou

seja, a busca de saldo positivo das receitas, através da restrição de despesas, para fins de pagamento de dívida.

A análise do resultado primário revelou um desempenho estável, obtendo-se em média um superávit de R\$321 milhões (2004-2008). Já o resultado nominal demonstra um déficit progressivamente menor ao longo dos três primeiros anos do mandato anterior, tornando-se superavitário no último exercício (vide gráfico 1). Enquanto em 2005 observa-se mais de R\$1 bilhão de déficit nominal, em 2008 o superávit chega a R\$907 milhões. A previsão para o atual mandato revela-se semelhante: superávit nominal somente no último ano.

Dívida Pública

Sobre dívida pública devemos distinguir dois conceitos: Dívida Pública Consolidada – que representa o total da dívida de natureza pública para amortização em prazo superior a um ano (além do ano fiscal em questão); e Consolidada Líquida – que é aquela que agrega à outra o ativo disponível e os haveres financeiros, retratando a parcela da dívida que não pode ser imediatamente liquidada.

O esforço de pagamento da dívida, ao longo dos quatro anos de mandato do último alcaide, representou o pagamento de 10% da Dívida Pública Consolidada determinando a sua redução no período. Apesar disso, em 2008 houve um aumento de 5,4% em relação ao ano anterior, revertendo o processo de queda apurado.

O aumento das receitas justifica a queda da parcela líquida da dívida, que vem represen-

tando um percentual da dívida total cada vez menor ao longo dos anos (52% do total de 2008 contra os 69% apresentados em 2004), ou seja, um aumento em sua capacidade de pagamento (gráfico 2). A previsão para os próximos anos é de redução tanto da Dívida Consolidada Total quanto da Líquida. No entanto, a reversão de 2008 torna dubitável a concretização desta tendência.

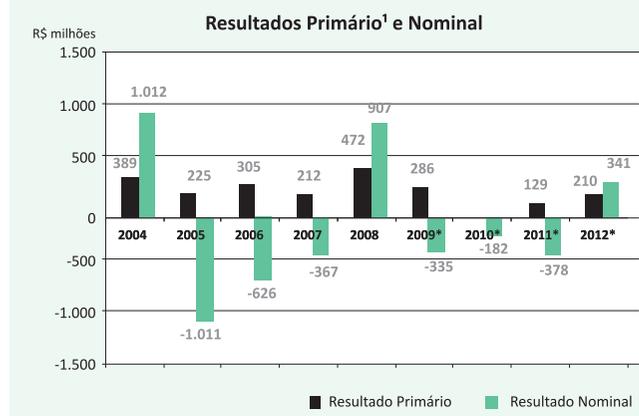
Previdência

A LDO também avalia a situação financeira do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. Constatamos em 2008 valores totais maiores que dos anos anteriores tanto das receitas quanto das despesas previdenciárias, mantendo a tendência de crescimento de ambas. Apesar disso, o aumento das despesas (13% entre 2004 e 2008) se dá de forma mais acelerada que o das receitas (6% no mesmo período), o que torna o Déficit Previdenciário cada vez maior.

Entretanto, nosso sistema previdenciário não é financiado exclusivamente por suas próprias receitas. Este financiamento também é dado através de repasses do tesouro. Estes mostram um aumento até 2006, sofrendo um corte em 2007, mas recupera-se em 2008. O resultado previdenciário final chega a ser superavitário, somente em 2004 e 2007, no entanto, ele foi deficitário.

A fim de compreendermos melhor esse déficit, foram desagregadas as despesas em gastos efetivamente previdenciários e gastos administrativos relativos à previdência (exceto em 2008 por insuficiência de dados). O observado é que os repasses são suficientes para financiar os

Gráfico 1



¹ O Resultado Primário de 2010 não pode ser calculado devido à não publicação das despesas não-financeiras por motivo da contradição de prazos entre LDO e PPA anteriormente mencionada.

gastos efetivamente previdenciários em todo o período analisado (vide gráfico 3).

Renúncia Fiscal

Por fim, analisamos a estimativa de renúncia da receita, ou seja, a previsão de incentivos fiscais concedidos pelo poder público. Pode ser observada uma tendência de crescimento de 2004 a 2008, chegando a R\$354 milhões renunciados em 2008 – aumento de 60% em relação àquele ano.

No caso de 2010, a renúncia é basicamente no recolhimento do ISS (95% do total de incentivos). Acompanharemos esta questão também em função dos projetos de renúncia de receitas em tramitação na Câmara Municipal, sobretudo o referente ao Complexo Siderúrgico na Zona Oeste.

MUNICÍPIO DE NITERÓI

Para o município de Niterói, iniciamos nos atendo à evolução da Receita de 2004 a 2008 e suas previsões para os quatro anos posteriores. É possível destacar um crescimento da receita entre 2005 e 2007 de 24%, mantendo-se praticamente estagna-

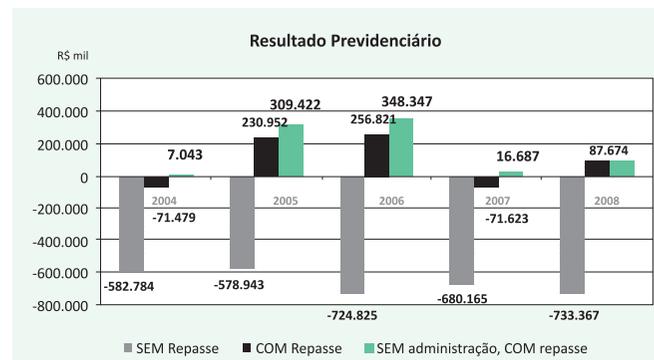
da no ano seguinte e na previsão de 2009. Apenas nas expectativas de 2010 é verificada queda de 5% em relação à previsão de 2009, possivelmente refletindo a resposta à crise financeira.

Enquanto as receitas totais sofreram um crescimento pífio de 2007 para 2008, as despesas aumentaram 2,2%. Comparadas ao ano de 2005, é constatado um crescimento de 25% destes totais de 2008. Além disso, as previsões de despesa para os anos de 2010 a 2012 também são de queda, como as receitas.

O estudo dos Resultados Primário e Nominal não permite afirmações conclusivas. Enquanto em 2007 observa-se um superávit primário superior a R\$41 milhões, no exercício de 2008 tem-se um déficit primário de mais de R\$3 milhões, tornando o resultado nominal ainda mais deficitário (R\$ 36 milhões em 2008). Apesar desses valores obtidos, as estimativas para os próximos anos são de resultados próximos de zero, ou seja, de valores de receita e despesa próximos.

Quanto à dívida municipal, apesar do crescimento entre 2005 e 2007 da Dívida Pública Consolidada, chegando a R\$107 milhões no último ano, em 2008 o valor

Gráfico 3



apresentado é de R\$69 milhões, representando um pagamento de 35% da dívida em apenas um ano. A Dívida Líquida, por sua vez, pouco ultrapassa os R\$5 milhões em 2008, cerca de um décimo da média dos três exercícios anteriores, o que é curioso verificar visto que as receitas mantiveram-se praticamente iguais entre esse ano e o anterior.

Sobre o sistema previdenciário avaliamos as suas receitas, que registram um movimento crescente desde 2006, interrompido por uma redução de 3% em 2008, comparado ao ano anterior. Já as Despesas Previdenciárias tiveram aumento constante e acentuado: 57% entre 2005 e 2008. Daí um déficit previdenciário crescente.

Todavia, o poder público pode (e deve) fazer repasses de recursos do Tesouro. Entre 2004 e 2007 o repasse aumentou 57%, chegando a R\$95 milhões. Mas em 2008 houve uma queda de 12% e o repasse foi de R\$83 milhões. Por conseguinte, 2008 é o único exercício em que ocorreu um déficit previdenciário líquido de R\$18 milhões (tomamos das despesas somente o valor destinado especificamente à previdência, sem dispêndios com a administração).

Por fim, a única renúncia fiscal apresentada refere-se à redu-

ção do IPTU, como benefício ao pagamento em cota única, que alcança R\$ 3,8 milhões.

Enfim, as LDOs para 2010 servem apenas de sinalização da situação fiscal. Após as publicações do PPA e da Lei Orçamentária Anual analisaremos as efetivas prioridades governamentais.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

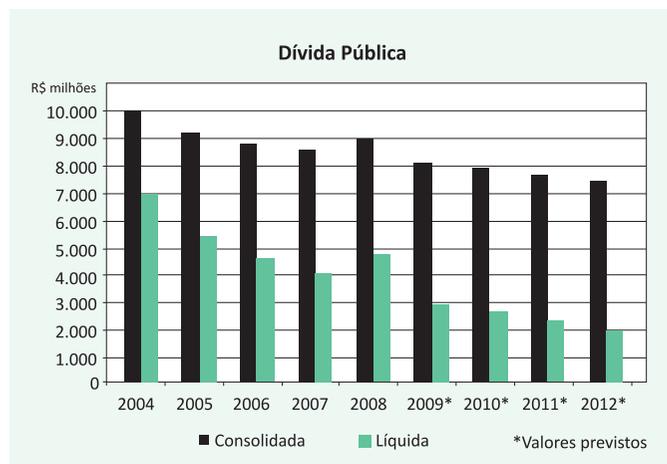
A Lei de Diretrizes Orçamentária para 2010 propõe uma importante modificação no tratamento a ser dado para as empresas estatais (o alvo principal é a CEDAE), que passam a configurar como Orçamento de Investimento.

Segundo o governo, a retirada da CEDAE do orçamento fiscal é em razão do reconhecimento da entidade como empresa não dependente. Por isso a parcela da CEDAE, que representa cerca de 95,0% do total da dívida da administração indireta, foi excluída do resultado nominal.

A estimativa é que a Dívida Fiscal Líquida cresça em torno de R\$ 3,2 milhões em 2010 a preços correntes.

Ainda não estão claros os motivos desta reclassificação. Tais dúvidas (e outras) são o objeto de Audiência Pública marcada para o dia 15 de maio de 2009. A conferir.

Gráfico 2



Corecon reuniu coordenadores de cursos

■ O Corecon-RJ realizou em sua sede em 16 de abril o Encontro dos Coordenadores dos Cursos de Economia do Estado do Rio de Janeiro. O evento, cuja repercussão foi muito positiva, foi coordenado pela Profa. Angela Maria de Lemos Gelli e contou com a participação do Prof. Lineu Maffezoli, presidente da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (Ange).

No encontro, coordenadores e representantes da maioria das instituições de ensino do Esta-



do do Rio de Janeiro trocaram experiências e informações relevantes sobre o ensino de Economia no país. O Corecon-RJ agradece a presença de todos e informa que promoverá outro evento dessa natureza no segundo semestre de 2009.

Curso "Para entender a conjuntura econômica" – 29 de junho a 10 de julho, 18h45 às 21h30 – Informação e inscrição: 2103-0118 e 2103-0119.

Privilegiadas.
Confiáveis.
Estratégicas.

Informações que ajudam você a tomar as melhores decisões.



Assine o Valor Econômico.
Descontos especiais para associados Corecon.

www.valoronline.com.br/corecon

Acesse e digite o código: **VE0001**

Ou ligue:
(11) 2199-2199 (Grande São Paulo)
0800 701 8888 (demais localidades)

Valor ECONÔMICO

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO (EM R\$)			PASSIVO (EM R\$)		
REFERÊNCIAS	JAN A MAR/08	JAN A MAR/09	REFERÊNCIAS	JAN A MAR/08	JAN A MAR/09
ATIVO FINANCEIRO	3.771.572,97	4.651.946,51	PASSIVO FINANCEIRO	553.645,48	539.571,23
DISPONÍVEL	580.166,82	529.105,12	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	-	-
DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA	3.094.149,11	4.001.792,51	CONSIGNAÇÕES	5.971,04	6.134,32
REALIZÁVEL	67.040,98	83.648,34	CREDORES DA ENTIDADE	1.014,95	-
RESULTADO PENDENTE	30.216,06	37.400,54	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	546.659,49	533.436,91
ATIVO PERMANENTE	7.127.339,16	15.728.334,07	RESULTADO PENDENTE	-	400,00
BENS PATRIMONIAIS	1.433.329,16	1.475.769,34	DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	-	400,00
VALORES	1.117,64	1.117,64	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	10.345.266,65	19.840.309,35
CRÉDITOS	5.692.892,36	14.251.447,09			
TOTAL GERAL	10.898.912,13	20.380.280,58	TOTAL GERAL	10.898.912,13	20.380.280,58

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS					
RECEITAS			DESPESAS		
REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIAÇÕES	
	JAN A MAR/08	JAN A MAR/09		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS			RECEITAS		
ANUIDADES	2.345.284,31	2.341.588,70	ANUIDADES	(3.695,61)	-0,2
PATRIMONIAL	34.022,43	57.145,26	PATRIMONIAL	23.122,83	68,0
SERVIÇOS	41.921,90	36.175,85	SERVIÇOS	(5.746,05)	-13,7
MULTAS E JUROS DE MORA	-	-	MULTAS E JUROS DE MORA	-	-
DÍVIDA ATIVA	204.009,90	146.723,09	DÍVIDA ATIVA	(57.286,81)	-28,1
DIVERSAS	164.716,87	119.546,07	DIVERSAS	(45.170,80)	-27,4
TOTAL GERAL	2.789.955,41	2.701.178,97	TOTAL GERAL	(88.776,44)	-3,2
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	613.435,92	637.583,64	DE CUSTEIO	24.147,72	3,9
PESSOAL	284.754,68	331.153,76	PESSOAL	46.399,08	16,3
MATERIAL DE CONSUMO	18.574,62	14.328,95	MATERIAL DE CONSUMO	(4.245,67)	-22,9
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	310.106,62	292.100,93	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	(18.005,69)	-5,8
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	528.056,68	511.202,78	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	(16.853,90)	-3,2
DESPESAS DE CAPITAL	53.179,56	2.382,52	DESPESAS DE CAPITAL	(50.797,04)	-95,5
TOTAL GERAL	1.194.672,16	1.151.168,94	TOTAL GERAL	(43.503,22)	-3,6
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	1.595.283,25	1.550.010,03	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(45.273,22)	-2,8